



19/03/2026

ATA N.º 02/2026
(SEGUNDA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA)



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Ata N.º 02/2026

Aos dezanove dias do mês de março, realizou-se a segunda sessão extraordinária de dois mil e vinte e seis da Assembleia de Freguesia de Anta, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Anta, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto 1 - Apreciar o Inventário dos bens, direitos e obrigações patrimoniais, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, da Junta de Freguesia da União de Freguesias a 28/10/2025. -----

Ponto 2 - Apreciar e votar nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 9.º e do artigo 61.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro os Documentos previsionais da Junta de Freguesia para o ano 2026: -----

a) Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos, Plano de Atividades e as Grandes Opções do Plano; -----

b) Mapa de Pessoal; -----

c) Autorizações Prévias Genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais. -----

Ponto 3 - Apreciar e votar nos termos da alínea d) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proposta de Taxas para o ano 2026. -----

Ponto 4 - Apreciar e votar a autorização de celebração dos Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências entre o Município de Espinho e a Junta de Freguesia de Anta, nos termos das minutas em anexo. -----

Ponto 5 - Apreciar e Votar o Regimento da Assembleia de Freguesia de Anta, para o mandato 2025-2029. -----

A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Mesa, Guilhermino Pedro de Sousa Pereira (PS), e secretariada por André Manuel Vieira de Almeida (PS) e Liliana Sofia Tavares Pinto (PS), respetivamente Primeiro e Segundo Secretários da Mesa. -----

Estiveram presentes os Senhores Vogais: -----

a) Partido Socialista (PS): -----

Manuel Augusto Gomes Novais; -----

Manuel Alberto Marques da Costa; -----

b) Partido Social Democrata (PSD): -----

Humberto Pinto de Oliveira Granja; -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Nuno Gustavo Duarte Pimenta; -----

Manuel José Pinto Gomes; -----

Miguel Duarte Valente; -----

c) CHEGA: -----

Norberto José da Mota Moreira; -----

Ricardo Jorge Marques Ferreira; -----

d) Maria Manuel Cruz É Por Espinho (MMC): -----

Jorge da Rocha Pinto; -----

Dinis Fabrício Pinto Dias. -----

Não estiveram presentes na sessão os/as seguintes Senhores/as Vogais: -----

Rita Vanessa Rocha Reis (PSD), por motivos profissionais, substituída pelo Vogal Miguel Duarte Valente; -----

Em representação do Executivo da Junta estiveram presentes: -----

José Fernando Ferreira de Sousa Pinto, Presidente da Junta; -----

Bárbara Filipa Ribeiro Barbosa, Tesoureira da Junta; -----

Fernando Gomes Fernandes, Secretário da Junta; -----

Mário Joaquim Gomes Devezas, 1.º Vogal do Executivo; -----

Palmira Pereira Pinto, 2.ª Vogal do Executivo. -----

Estando verificado quórum, o Presidente da Mesa deu início à sessão, aludindo ao Dia do Pai, que coincidiu com a realização da sessão. -----

O Presidente da Mesa solicitou uma troca de pontos na ordem de trabalhos, cujo plenário aceitou, de modo a discutir-se primeiramente o ponto 5. -----

PONTO 5 - APRECIAR E VOTAR O REGIMENTO DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE ANTA, PARA O MANDATO 2025-2029 -----

O ponto foi colocado à discussão, não havendo intervenções sobre o mesmo. Desta forma, o Presidente da Mesa avançou para a votação. -----

Realizada a votação, o ponto 5 foi aprovado por unanimidade. -----

Da presente deliberação foi elaborada a minuta da ata, aprovada por unanimidade, ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Após a aprovação, os intervenientes na elaboração do novo Regimento da Assembleia de Freguesia de Anta assinaram o mesmo. -----

PONTO 1 - APRECIAR O INVENTÁRIO DOS BENS, DIREITOS E OBRIGAÇÕES PATRIMONIAIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, DA JUNTA FREGUESIA DA UNIÃO DE FREGUESIAS A 28/10/2025 -----

O vogal Nuno Pimenta (PSD) solicitou a palavra para fazer um ponto de ordem antes da apresentação do documento. Aludindo à última sessão realizada, o vogal manifestou-se contra a votação do ponto. "Este inventário deveria ter sido aprovado pelos órgãos que estavam em condições à data da sua extinção. Por isso, o PSD entende que não pode ser votado em sede de Assembleia de Freguesia de Anta". ----

O Presidente da Mesa esclareceu que o ponto é apenas para apreciação, não havendo lugar a votação por parte dos vogais. De seguida passou a palavra ao Presidente da Junta para apresentar o documento. -----

O Presidente da Junta afirmou: "depois a desagregação de uma união de freguesias, compete às duas Juntas de Freguesia fazer a aceitação dos bens, direitos e todas as obrigações. Foi assim quando fizemos a, a agregação da freguesia, assumimos na plenitude todos os bens, direitos e obrigações de cada uma das entidades. A Junta de Freguesia de Anta ainda não fez o reconhecimento destes inventários, destes bens que vão fazer parte do seu património. A de Guetim já o fez e daí nós trazermos novamente à Assembleia para poderem tomar conhecimento de todos os bens que existem neste momento". -----

Não havendo questões sobre o documento, o Presidente da Mesa deu o ponto como encerrado. -----

PONTO 2 - APRECIAR E VOTAR NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º E DO ARTIGO 61.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS DA JUNTA DE FREGUESIA PARA O ANO 2026: -----

O Presidente da Mesa lançou o ponto 2 da ordem de trabalhos, esclarecendo que a votação seria feita alínea a alínea, tal como foi discutido em sede de Comissão Permanente. No que concerne à discussão, decidiu-se fazê-la de forma conjunta, prometendo benevolência nos tempos de intervenção. -----

Após a explicação, foram abertas as inscrições para uma ronda de questões ao Executivo. -----

O vogal Humberto Granja (PSD) solicitou a palavra e disse: "Na primeira reunião extraordinária, a posição do PSD foi muito clara. Transmitimos claramente qual era a nossa intenção, questionamos o executivo segundo as suas orientações e aquilo que pretendia o orçamento. Foi-nos dado conhecimento e, portanto, no final dessa assembleia, ou antes de procedermos à votação, eu transmiti aqui qual seria a posição do Partido Social Democrata relativamente ao orçamento, ao plano plurianual de



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

investimentos, ao plano de atividades e às grandes opções do plano. Por surpresa nossa, não foi cumprido, por responsabilidade de alguém, o ponto de ordem que aqui fizemos no início da assembleia, que foi sugerir, e que foi aprovado, que era votarmos ponto a ponto. Também se calhar por causa desse motivo é que não consta, neste momento, nesta ordem de trabalhos, a aprovação da ata dessa reunião. Se calhar foi porque o PSD não está e não estará para andar aí nas redes sociais ou comunicados de papel a fazer política baixa, suja. Estamos aqui para trabalhar em prol da nossa terra, da nossa freguesia. E, portanto, eu posso dizer-vos dizer já, não contem connosco para isso. E, portanto, daí não ter havido, da parte do Partido Social Democrata, qualquer tipo de resposta a qualquer comunicado que, porventura, o Executivo ou outras forças partidárias ou representantes dessas forças partidárias noutros órgãos tenham tido". O vogal culminou a sua intervenção referindo que o documento agora apresentado é mais claro do que aquele que foi apresentado na anterior sessão. -----

De seguida, Nuno Pimenta (PSD) solicitou a palavra. O vogal acusou o Presidente da Mesa de ser o culpado pela existência desta sessão, referindo que o PSD foi muito claro na sua posição quanto à votação dos pontos na última assembleia extraordinária. -----

Jorge Rocha (MMC) interveio seguidamente, começando por lamentar a confusão gerada pelo Presidente da Mesa em relação à data da sessão, que não foi ao encontro do acordado em sede de Comissão Permanente. No que diz respeito ao orçamento, referiu que a culpa de não ter sido aprovado é do Presidente da Junta. -----

Desta feita, questionou o Executivo sobre o ponto 4 das grandes opções do plano, "Desporto, Juventude e Inclusão", o que está efetivamente previsto fazer, quais são os valores a atribuir, como é que se vai promover o acesso à prática desportiva, quando vai ser feito. Questionou também o que se está a pensar fazer relativamente à recuperação e valorização de moinhos tradicionais, rota dos moinhos, rota dos tanques, referindo que é algo que lhe é familiar. Perguntou ainda qual o financiamento, como é que vai ser feito, datas previstas e como é que vai avançar com estas questões. -----

Norberto Moreira (CHEGA) tomou a palavra de seguida. Parabenizou o vogal Jorge Rocha por ter colocado na sua campanha a questão da rota dos moinhos e da recuperação dos moinhos, rematando com uma questão ao Executivo sobre onde é que está previsto esta questão. "Pelos valores que lá estão não conseguimos perceber onde está, qual é o capital para a recuperação desses moinhos", disse. O vogal falou ainda da questão do regime a tempo inteiro do Presidente da Junta. "Não concordo em onerar a nossa Junta com verbas para o salário fixo do nosso Presidente. Estamos a falar de quatro anos, vão gastar cerca de cem mil euros e retirar dinheiro do erário público. É um caminho que me causa muito, muito desconforto", disse. Finalizou desafiando o Presidente da Junta a responder se vai onerar a Junta com o seu vencimento de regime a tempo inteiro. -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Não havendo mais questões, o Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta que disse: "os documentos previsionais que estão agora em apreciação resultam de uma nova formulação. Sendo assim, esses documentos são obviamente mais credíveis, mais realistas, porque já traduzem também em si os contratos interadministrativos que a Junta de Freguesia pretende celebrar com o município de Espinho e que foram acordados no âmbito das diversas reuniões que existiram entre a Câmara e as Juntas de Freguesia". De seguida referiu que um documento previsual ou orçamento é sempre algo que "é feito numa determinada realidade, num determinado momento, com uma previsão para o ano futuro, que poderá ser ou não objeto ao longo do ano de alterações ou modificações", alertando para a possível escalada de preços, consequência das guerras. -----

Respondendo ao vogal Jorge Rocha, referiu que a rubrica "Desporto, Juventude e Inclusão" está patente nas grandes opções do plano, refletindo a intenção que a Junta tem de, junto dos seus parceiros no âmbito do desporto, colaborar em prol da prática desportiva e no reforço dessas instituições. Relativamente à questão dos moinhos disse: "a rota dos moinhos não é exclusiva de uma ou de outra força. Há diversas forças políticas que falaram ao longo da campanha da rota dos moinhos. Mas esta intenção leva à seguinte questão: quantos moinhos nós temos na freguesia que são pertença da Junta de Freguesia? Os moinhos são privados. Obviamente que é com os privados que temos de trabalhar, mas estes também têm de se entender. Se há valores definidos? Não, porque a Junta não tem a pertença desses próprios moinhos. Se há datas previstas? Há previsão no orçamento, há uma data prevista para se poder começar, junto dos privados, começar a falar e começar a levar o projeto avante. A recuperação dos moinhos fazer-se-á quando o moinho for pertença da Junta de Freguesia, porque a Junta não pode intervencionar algo que não é seu". -----

Quanto à questão levantada sobre o regime a tempo inteiro, o Presidente da Junta referiu: "nós temos de ver bem o que é que queremos para a freguesia. Se queremos efetivamente alguém que esteja dedicado à freguesia, que esteja ao serviço da freguesia ou se queremos alguém em part-time. Porque se for alguém em part-time, tudo bem, mas se calhar eu não sou a pessoa mais indicada para estar nesse cargo, porque ou assumo as coisas ou não assumo. Eu não estou a dizer que vou ficar a tempo inteiro, estou a dizer é que no orçamento existe essa possibilidade. Como tal, o orçamento está feito nessa perspetiva. Apesar de estar inscrito no orçamento o tempo inteiro, ainda não está decidido se eu vou avançar o tempo inteiro ou não. É uma questão pessoal. Quando eu decidir, eu informarei a assembleia. -----

Nuno Pimenta (PSD) solicitou a palavra para um ponto de ordem, questionando qual a perspetiva que o Presidente da Junta referiu que está vertida no orçamento. O vogal referiu que o Presidente da Junta esteve a divagar sobre um documento que não está em discussão. "Estamos aqui a perder um bocado de tempo sobre uma questão que não está aqui em causa", disse. Questionou ainda sobre a intenção de pôr os jovens na prática do desporto, dizendo que "não diz no orçamento como é que isso está previsto". -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Jorge Rocha (MMC) tomou a palavra e disse: “eu fiz aqui três perguntas sobre desporto, juventude e inclusão e o senhor Presidente não respondeu a nenhuma. Leu o que está aqui escrito. Relativamente a moinhos, há um moinho que é privado, foi reparado no Executivo de saudoso Napoleão Guerra, que era zelado por um vizinho, que o manteve em manutenção durante muitos anos, até o Executivo anterior lhe retirar a chave e ele acabar por ser vandalizado. Os proprietários ficariam muito felizes se o vissem recuperado”. O vogal referiu que “havendo um projeto globalizante no concelho de Espinho, as outras Juntas de Freguesia disseram todas sim à ideia, exceto a freguesia de Anta. O vogal referiu que os entraves levantados surgem porque a proposta foi colada de forma disfarçada, por causa de uma proposta feita ao Presidente da Junta. “O senhor Presidente aceitou a proposta verbalmente. Quando chegamos à fase da assinatura, a esferográfica deve ter falhado. O que nós lamentamos”, disse. -----

Humberto Granja (PSD) solicitou a palavra e disse: “quando eu fiz a minha intervenção inicial, eu disse ao Executivo, que seria de uma forma responsável e política, que estaria do lado do Executivo neste orçamento, que seguisse o princípio do desenvolvimento desta freguesia. Por algum motivo que eu desconheço, porque nós já fizemos um ponto de ordem, eu não consigo perceber um assunto que não está contemplado na ordem de trabalhos, mas que o senhor Presidente acabou por dizer que este orçamento contempla essa situação. Nós não estamos aqui para subterfúgios. Se há aqui uma intenção do senhor Presidente do Executivo de ficar a tempo inteiro, tem que claramente transmitir a esta assembleia, comunicação social, que então pretende levar, nas palavras do CHEGA, cinco por cento do nosso orçamento. Eu ainda não vi uma posição clara sobre isto e fico na dúvida, o que é que estamos aqui a discutir? Estamos a discutir o orçamento geral para a nossa freguesia. Sobre isso nós já falámos na primeira assembleia e é claro, o documento esclarece que este novo orçamento tem por base as transferências de capital que foram feitas pelo Executivo e uma distribuição por percentagens das verbas, sobre a qual nós podemos concordar ou não”. Rematou apelando que fosse esclarecida a questão sobre o regime a tempo inteiro do Presidente da Junta, sob a qual o PSD poderá ter de rever a sua posição. -----

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente da Junta para finalizar a primeira ronda de questões. Relativamente à questão do vogal Jorge Rocha, referiu que quem desencadeou o processo de reparação foi Boaventura Moreira e depois Napoleão Guerra finalizou-o. Sobre a retirada de uma chave ao vizinho do moinho, disse desconhecer esse caso. Em relação às questões levantadas pelos vogais do PSD, referiu: “o documento foi distribuído por todas as forças políticas e fala na possibilidade do tempo inteiro. Neste momento, o Presidente da Junta está a meio tempo. Esse meio tempo é pago via Orçamento de Estado, tal como a lei assim o diz. No documento distribuído, nomeadamente no ponto 1.2, análise económica-financeira, há um conjunto de considerações, que é a análise de requisitos para o



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

regime de tempo inteiro. Está lá, de uma forma transparente. É o Presidente da Junta que define se fica a tempo inteiro ou a meio tempo. Poderá depois andar aí nas redes sociais, ou na boca do povo. Todos nós que estamos na vida pública e na vida política estamos sujeitos a isso". -----

O Presidente da Mesa lançou de seguida a segunda ronda de intervenções. -----

Tomou a palavra Manuel Gomes (PSD), que questionou o Presidente da Junta se ficará a tempo inteiro ou não, se o documento traduz essa intenção ou não. Reconhecendo que esta é uma decisão que cabe ao Executivo, diz que na primeira sessão o ponto estava separado no documento e nesta versão não. O vogal referiu ainda: "o senhor Presidente há pouco disse que para nós prestarmos um bom serviço, precisamos que as pessoas sejam remuneradas e que estejam a tempo inteiro. Isso não é garantia de que o serviço vai ser bom. Durante os últimos doze anos, estiveram a tempo inteiro e a qualidade do serviço viu-se". -----

Alberto Costa (PS) seguiu-se nas inscrições, intervindo sobre a componente desportiva da freguesia. Disse: "a parte desportiva na nossa freguesia foi sempre apoiada quer pelas Juntas de Freguesia, quer pela Câmara Municipal. Agora, não é a fazer grupos para fazer umas corridas ou umas caminhadas, que o nosso dinheiro público deve ir para essas partes. Porquê? Porque eu falo do meu clube, que quando o está com dificuldades, quer fazer um evento qualquer, vem à Junta da Freguesia ou à Câmara Municipal e pede um subsídio. Mas é um clube que está registado e tem 53 anos. Há aqui vogais que sabem perfeitamente que é verdade. Quando os clubes deles pedem a colaboração das entidades locais, são sempre atendidos. Mas o dinheiro não pode andar por aí, a dar a um grupo de amigos que se reúne ao fim de semana para fazer umas caminhadas. Não é para isso, meus amigos. Não serve para a freguesia". -----

Humberto Granja (PSD) disse: "Tenho aqui um pedido de desculpa ao senhor Presidente do Executivo, porque eu tinha dito que ia levar cinco por cento do orçamento da Junta e afinal são doze por cento do orçamento da Junta que tenta retirar para a sua conta bancária". O vogal falou ainda das casas da Junta de Freguesia, habitações arrendadas, que estão a passar por um mau bocado, e que ao fim de quatro anos, cento e vinte mil euros, dá para fazer muita coisa, no entanto o Executivo prefere que o Presidente esteja a tempo inteiro. Relativamente ao mapa de pessoal, disse ter aquilo que é necessário. "É o que temos", disse. Questionou também se a Junta de Freguesia está a ser remunerada no que diz respeito ao aluguer de espaços que estão a ser rentabilizados. Já no que concerne às autorizações prévias genéricas, disse: "o PSD vê esta mudança de valores com bons olhos. Percebemos qual o objetivo, sabemos da necessidade deste Executivo, no futuro próximo, para resolver problemas prementes para esta freguesia. Se fosse o PSD reduziria muito mais os oitenta e cinco mil, seria quarenta e cinquenta, que eu teria apresentado a esta assembleia". Finalizou dizendo que a assembleia merece respeito pelo seu papel fiscalizador. -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Jorge Rocha (MMC) referiu que uma das suas propostas na tentativa de acordo com o Executivo foi o apoio a clubes da terra, não um grupo de pessoas que se juntam ao fim de semana para caminhar, da qual faz parte, que se chama Anta a Mexer. "Não é associação, não é coletividade, não é clube. Nunca pediu nada à Junta. Pelo contrário, a Junta usou esse nome mais do que uma vez nos seus cartazes, nos seus programas de aniversário e nas suas atas de reunião, como sendo um parceiro, o que é uma falsidade. Ainda recentemente, lá estava o nosso logótipo, como sendo uma coletividade da Freguesia de Anta e eu exigi que fosse retirado. Portanto, o senhor vogal se calhar foi infeliz na sua intervenção, porque provavelmente terá havido uma impressão qualquer, mas o senhor não pensou que também já lá esteve. Lamento". O vogal disse ainda que não é político. "Eu não sou político, nem quero ser, nem tenho nada para ser. Mas terei algumas qualidades, porque os convites vieram de quatro lados. E também vieram do vosso partido. E eu aceitei com honra o convite da doutora Maria Manuel, por ser independente. Eu sou independente. Portanto, qualidades haverá". -----

O Presidente da Junta tomou a palavra e começou por responder às questões sobre o regime de tempo inteiro. "Ouvi dizer que afinal vou ganhar doze por cento do orçamento da Junta. Gostava de dizer que quem disse isso ou não está a fazer contas ou então está a fazer contas por alto e está a induzir em erro todas as pessoas que estão aqui. Trinta e seis mil euros, já com CGA, é o total dos custos com o vencimento do presidente da Junta de Freguesia. Trinta e seis mil euros dividido por setecentos e oito mil euros, que é o nosso orçamento, dá cinco por cento. Os outros sete, não sei onde é que vão. Doze por cento é o que está na lei. O que está aqui em causa prende-se muito com a representação que é dada à Junta de Freguesia. Está consagrado no estatuto dos eleitos locais, que diz que o Presidente de Junta, a meio-tempo, tem trinta e seis horas mensais para poder usufruir ao serviço da sua autarquia. Isto independentemente de depois a entidade patronal poder vir à Junta de Freguesia e exigir a respetiva compensação. Eu, neste momento, usufruí zero horas para esse efeito. Tenho feito-me substituir em alguns eventos. Inclusivamente, posso-vos dizer que estive no Congresso da ANAFRE, em representação da freguesia, e que tenho uma falta por justificar, nesse sentido, porque não me é reconhecido esse direito. Pedi parecer à ANAFRE. A ANAFRE diz que eu tenho todo o direito, tal como todos os eleitos locais, de usufruir dessas trinta e seis horas. O município tem um parecer, que diz que não tenho. Qual é a solução? É continuar como estou, sem poder representar a Junta, ou então assumir o controlo, que sou o Presidente de Junta, que estou aqui para representar os Antenses e, como tal, mesmo perdendo dinheiro, assumir o cargo". -----

Relativamente às autorizações prévias genéricas disse estarem de acordo com a lei. "Efetivamente, nós reduzimos dos cem mil, que nos tinham dito que achavam que era demasiado, mas no passado foi sempre assim. Reduzimos para oitenta e cinco mil euros". Já sobre o mapa de pessoal referiu que neste momento, funcionários da junta são: "António, o coveiro, como é conhecido, que se reformou na passagem do mandato; o Luís, que quando acabar a baixa prolongada, provavelmente vai entrar



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

em aposentação por invalidez; uma pessoa contratada no cemitério; uma pessoa alocada à parte de limpeza, que está prestes a sair para a reforma; e na secretaria estão o César e a Margarida. Para as necessidades de uma freguesia com a dimensão de Anta, temos zero. Zero para andar na rua, zero para tapar buracos, zero para limpar ervas, zero. E mais, neste momento, por força das circunstâncias, não tenho jardinagem, não tenho varredura, não tenho higiene, não tenho limpeza. Não tenho nada. Ou seja, tudo vai ter de ser começado do zero, após a aprovação do orçamento. Porque se não for aprovado o orçamento, vejam como é que querem fazer. Porque assim, para continuar da forma como está, não dá. Mais vale eu ir lá baixo à Câmara e entregar a chave. Eu tenho que dizer aqui publicamente que as coisas não estão piores porque tenho pedido a ajuda da Câmara. Porque se não, as coisas estavam muito piores do que estão agora. Não havia limpeza nenhuma, não havia higiene nenhuma". -----

Respondendo ao vogal Jorge Rocha, lamentou como se desenrolaram as negociações e por não ter sido possível chegar a um acordo. "Eu nem sequer tinha competência para o poder assinar, porque o acordo seria com o representante do Partido Socialista. Eu só estou aqui enquanto Presidente", disse. -----

Humberto Granja (PSD) solicitou um ponto de ordem. Disse desconhecer o acordo que o Presidente da Junta abordou na sua intervenção e que gostaria que fosse clarificado em sede de assembleia de freguesia. Referiu ainda que a responsabilidade de não haver documentos aprovados não é do PSD, mas sim de alguém que foi incapaz de proceder como devia proceder. -----

O Presidente da Junta tomou a palavra e referiu que a responsabilidade de aprovar o orçamento não é do Executivo, que o aprovou e remeteu à assembleia. O orçamento não foi aprovado na Assembleia de Freguesia. "Que eu saiba, foram seis votos contra, duas abstenções e cinco a favor. Não foi o Executivo que votou", disse. -----

Manuel Novais (PS) pediu a palavra e referiu que leva a impressão que o papel do Presidente da Junta está a ser desprezado, sendo a primeira vez que o vê acontecer em doze anos. "Eu acho que é nosso dever exigir que um presidente e o Executivo de uma Junta de Freguesia entreguem o melhor para que foram eleitos. Para isso é preciso tempo. O vogal referiu ainda: "se houvesse alguma ilegalidade aqui proposta, eu seria o primeiro a chamar a atenção para essa ilegalidade". Referiu ainda o seu desagrado em ver o debate a ser levado para o foro privado de instituições, do qual não entendeu a sua relevância para a sessão. -----

Norberto Moreira (CHEGA) tomou a palavra e disse: "quando tínhamos mais de dez mil habitantes, o presidente estava a tempo inteiro e pago pelo Estado pela função que exercia. A partir deste momento, temos menos de dez mil habitantes. Para termos um presidente a tempo inteiro, temos de onerar do orçamento da Junta parte do salário. Isso implica um investimento. Cem mil euros para a nossa Junta, que eu ouço o Presidente a dizer que não tem dinheiro para limpar uma valeta, para contratar pessoas, não concordo". -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Dinis Dias (MMC) interveio de seguida, dizendo: "esta é a minha primeira intervenção enquanto membro desta assembleia e quero começar por dizer que encaro esta como responsabilidade e respeito para com todos os envolvidos. Quando aceitei assumir estas funções, fi-lo com a convicção de que a política local deve ser feita com transparência, sobretudo com base na palavra dada. Estamos aqui para servir os Antenses e não nos servirmos deles. Relativamente a este documento, sei que estamos perante um documento fundamental para o funcionamento da freguesia durante o ano de 2026. O orçamento apresentado teve um montante global de cerca de seiscentos e oito mil euros distribuído entre receitas e investimentos. No entanto, não posso deixar de manifestar o meu descontentamento relativamente à forma como alguns processos políticos foram conduzidos. Durante o processo de discussão existiu um acordo que o senhor Presidente quis assinar. Infelizmente, quando tudo estava acordado, houve uma mudança de posição de última hora, sem que tenha sido apresentada qualquer fundamentação técnica, financeira ou política que justificasse esta mudança. Mais do que uma questão política, aquilo que eu lamento é a falta de compromisso deste Executivo. Quero também referir a questão do regime a tempo inteiro do Presidente, que não concordo neste momento. Entendo que face à realidade da freguesia e às necessidades existentes, essa decisão deveria ter sido mais ponderada, uma vez que cerca de trinta e seis mil euros anuais, que corresponde a cinco por cento do orçamento da junta, vai passar a ser do seu gabinete. Isto trata-se apenas da minha visão sobre aquilo que considero ser o melhor caminho para a freguesia. Não estou aqui para criar bloqueios, mas também não estou aqui para abdicar das minhas convicções. Termina dizendo que a política local sempre colocar os interesses da freguesia acima de qualquer interesse pessoal". -----

O Presidente da Junta tomou a palavra e congratulou o vogal Dinis Dias pela sua primeira intervenção. Disse depois: "são trinta e seis mil euros, quatro anos, o que dá cento e vinte mil euros. É verdade. Mas se formos a ver o orçamento, são setecentos mil euros para quatro anos, vai dar dois milhões e oitocentos. Ler números, todos nós sabemos ler. Agora, sejamos sérios e honestos na leitura dos números". Referiu ainda que a percentagem pode ser menor, sendo que em breve vai haver uma revisão, para incorporar o saldo da gerência. Por fim, referiu que quer o desenvolvimento da freguesia, mas não pode assinar, nem se pode comprometer com o que se falou., dando ainda nota que o documento foi entregue na antevéspera da assembleia anterior. -----

Jorge Rocha (MMC) pediu a palavra e disse: "relativamente ao que o senhor Presidente disse, eu queria deixar aqui bem claro que eu não sou político. Estava aqui para trabalhar por Anta, pelos Antenses e por aqueles que nos elegeram. Eu e Dinis tínhamos um objetivo e estávamos envolvidos com uma motivação, que era ser uma oposição construtiva, trabalhadora, colaboradora e com capacidade de gerir consensos. Nesse âmbito, após a eleição do senhor Presidente, eu dei aqui um conselho, para falar comigo. Eu sempre estive predisposto a falar com o senhor Presidente, nesse espírito de colaboração, de oposição ativa, atenta e construtiva. Cada vez que o senhor Presidente telefonava dizia que íamos falar. Aproximamo-nos



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

da reunião da assembleia para a aprovação do orçamento e o senhor Presidente nunca mais me telefonou. Eu é que o procurei e propus um encontro que aconteceu no escritório do senhor Presidente ou eu propus o voto favorável para a aprovação do orçamento, essencialmente baseada em três pontos. Dois que já foram aqui mais ou menos falados, embora de uma forma assim muito simplificada. O senhor Presidente gostou da ideia. Propus, então, que eu comunicasse essa intenção à assembleia. Posteriormente, aconteceram as reuniões preparatórias do orçamento com os partidos da oposição. Nessa altura, já estava mais um elemento do Executivo com o senhor Presidente. Fiz a mesma proposta e fiquei com a convicção de que estavam de acordo. O senhor Presidente ficou a responder, mas não me disse nada. Entreguei-lhe o documento aqui numa sessão de Comissão Permanente, uns três dias ou quatro antes da assembleia. Nas palavras do senhor Presidente da Junta, foi pouco tempo para analisar, mas não era mais do que tudo o que eu tinha dito pessoalmente a ele em dois encontros que tivemos. O que eu verifiquei na reunião que tivemos, onde já estava com mais dois elementos do Executivo, é que não tinham conhecimento da profundidade ou da totalidade do documento. Quando o senhor Presidente apresentou o novo orçamento, não olhava para mim, estava virado para o documento, começou a falar. Quando se virou para mim, eu disse que não tinha mais nada a acrescentar, porque já tinha dito tudo. -----

O Presidente da Mesa alertou o vogal Jorge Rocha para o cumprimento do regimento e dos tempos estipulados para cada intervenção. -----

Manuel Novais (PS) solicitou a palavra e referiu que se estava a assistir a um episódio que não honra a assembleia. "Primeiro, eu tomei ontem conhecimento deste acordo, ou proposta de acordo, mas nós do Partido Socialista não fomos ouvidos. Aliás, eu acho que alguns de nós nem sabem muito bem o que estamos a falar, como os outros partidos" disse. Referindo que não tenho conhecimento do documento na sua profundidade, disse não via na proposta uma preocupação em tentar resolver algumas questões muito pertinentes e os problemas da freguesia. -----

Jorge Rocha (MMC) tomou a palavra e propôs distribuir o documento pelos vogais, rejeitando as críticas feitas ao documento, que em nenhum momento falava do Anta a Mexer, explicando também novamente as propostas apresentadas: "dois mil euros para dois torneios, quatro mil euros para oito clubes de futebol, uma estimativa assim superficial de um restauro de um moinho, seria cem mil euros, assim por alto, sem projeto, sem nada, com oitenta por cento de garantias a fundo perdido". Disse ainda: "estamos a discutir um orçamento que só não foi aprovado porque o Presidente da Junta não honrou a palavra dele". -----

Nuno Pimenta (PSD) solicitou um ponto de ordem. "Estamos aqui a falar coisas que são paralelas à convocatória. Com todo o respeito que me merecem, e com todo o respeito pelos acordos que vão fazer ou que deviam fazer, que para quem não é político, até eu estava lá a fazer muitos acordos, estamos aqui a discutir outras coisas",



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

disse. O vogal pediu ainda para se avançar para o trabalho para o qual os vogais foram convocados. -----

André Almeida (PS) também solicitou um ponto de ordem e solicitou que se focasse a discussão nos documentos previsionais. Deixou ainda críticas ao acordo, que disse "queria publicitar nos canais de comunicação de um órgão institucional, que deve ser independente, sem falar sequer com o Partido Socialista em nenhum momento". O vogal referiu que a assembleia foi chamada para falar do orçamento e já se perdeu muito tempo depois do chumbo na anterior sessão. -----

Humberto Granja (PSD) pediu a palavra e disse que a assembleia não é só com o Partido Socialista e, portanto, se alguém tem um acordo a fazer com o Executivo, não tem que falar com o Partido Socialista, tem que falar com toda a assembleia. -----

O Presidente da Mesa encerrou as intervenções e passou à votação, alínea por alínea.

A) ORÇAMENTO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, PLANO DE ATIVIDADES E AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO; -----

Realizada a votação, o orçamento, plano plurianual de investimentos, plano de atividades e as grandes opções do plano para 2026 foram aprovadas por maioria, com cinco votos a favor (PS) e oito abstenções (PSD, CHEGA, MMC). -----

B) MAPA DE PESSOAL; -----

Realizada a votação, o mapa de pessoal para 2026 foi aprovado por maioria, com cinco votos a favor (PS) e oito abstenções (PSD, CHEGA, MMC). -----

C) AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS GENÉRICAS NECESSÁRIAS À EXECUÇÃO DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS. -----

Realizada a votação, as autorizações prévias genéricas necessárias à execução dos documentos previsionais foram aprovadas por maioria, com cinco votos a favor (PS) e oito abstenções (PSD, CHEGA, MMC). -----

Da presente deliberação foi elaborada a minuta da ata, aprovada por unanimidade, ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

PONTO 3 - APRECIAR E VOTAR NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO N.º 1 DO ARTIGO 9.º DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, PROPOSTA DE TAXAS PARA O ANO 2026 -----

O Presidente da Mesa passou a palavra ao Presidente da Junta para apresentar o documento. -----

O Presidente da Junta referiu que as taxas em vigor são as que foram aprovadas em dezembro, não tendo existido ainda tempo para fazer o cálculo económico-financeiro de novas taxas e, como tal, propõe-se a manutenção das taxas em vigor. -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

Manuel Gomes (PSD) interveio, referindo: "o Executivo tomou posse no final de outubro, passaram quatro meses e meio. Pergunto: os senhores precisam de mais tempo para pensar nas taxas? Mais tempo, quando há um documento base, quando têm um histórico de qual é que é o comportamento dessas receitas face às taxas atuais? Não conseguiram trazer para aqui uma tabela?". -----

O Presidente da Junta tomou a palavra e disse que não se podia reduzir as taxas apenas a uma tabela. -----

Manuel Gomes (PSD) apresentou um protesto, dizendo que não foi isso que tinha dito e clarificando que o fundamental da sua intervenção é que no tempo que o Executivo está no poder ainda não teve tempo para fazer um estudo económico para elaborar uma tabela com novas taxas. -----

Humberto Granja (PSD) tomou a palavra e disse: "o PSD aprez que nesta segunda sessão extraordinária, o Executivo tenha decidido apresentar a tabela de taxas que não tinha feito na primeira sessão extraordinária e que foi alertado pelo Partido Social-Democrata que faltava esse documento. Segundo, reforçar aquilo que estava a dizer o vogal Manuel Gomes. Temos as taxas aprovadas no dia dezoito de dezembro relativas a dois meses do final de 2025. As taxas que estamos neste momento a discutir são para 2026. Portanto, são coisas completamente diferentes. Se foi opção do Executivo manter ou não, não interessa. Estamos a falar de coisas diferentes. Senão não vínhamos aqui outra vez". -----

Finalizada a discussão, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação. -----

Realizada a votação, proposta de taxas para o ano 2026 foi aprovada por maioria, com cinco votos a favor (PS) e oito abstenções (PSD, CHEGA, MMC). -----

Da presente deliberação foi elaborada a minuta da ata, aprovada por unanimidade, ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

PONTO 4 - APRECIAR E VOTAR A AUTORIZAÇÃO DE CELEBRAÇÃO DOS CONTRATOS INTERADMINISTRATIVOS DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPINHO E A JUNTA DE FREGUESIA DE ANTA, NOS TERMOS DAS MINUTAS EM ANEXO -----

O Presidente da Mesa alertou para o aproximar do limite máximo de três horas da sessão, lançando o último ponto. -----

Humberto Granja (PSD) tomou a palavra e disse: "o PSD irá votar favoravelmente a assinatura do Executivo. No entanto, é preciso que todos que aqui estamos saibamos sempre quais são as competências deste Executivo. Só para clarificar: a manutenção dos parques infantis, a colocação e manutenção da toponímia, fontes, fontanários, campos polidesportivos, requalificação de caminhos rurais, sanitários, passeios e pequenas reabilitações, aquisição de equipamentos e viaturas e também a construção no cemitério, que foi um pedido do Executivo". O vogal destacou ainda



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

que o contrato exige que até ao dia cinco de cada mês seja enviado à Câmara um relatório para que sejam validadas as transferências de capital. Disse ainda que apraz o PSD que o executivo municipal tome rédeas em relação às ruas, para fazer face aos doze anos do PS na gestão das mesmas. -----

André Almeida (PS) tomou a palavra e disse: a atividade da Junta acaba por estar muito dependente deste contrato. Quanto ao bolo total, eu creio que não foge àquilo que se esperava. Temos cá cento e catorze mil quatrocentos e cinquenta euros. Se tivermos em conta a soma de Anta com Guetim dá duzentos e vinte e dois mil e trezentos euros. É relativamente menos do que no último ano, mas os arruamentos passam a estar do lado do município. Tal como o senhor vogal disse, importa referir isso e essa decisão vai permitir trazer coisas positivas para a Junta de Freguesia. Na última Assembleia Municipal vimos que o senhor Presidente da Câmara fez também um pouco de jus àquilo que tem sido a posição do PS de Anta nos últimos anos. Veja-se que falou em divisões que estão mal feitas, áreas mal dimensionadas, que têm sido também queixas que o PS tem apresentado ao longo dos anos e é bom vermos esta abertura do Presidente da Câmara Municipal para rever isto. Inclusive, esperamos que no próximo ano, no próximo contrato, seja feito também esse ajustamento. Vemos coisas positivas neste contrato, obras concretas, como o cemitério, que é uma obra que tem sido já há muito tempo falada, que poderá contribuir positivamente para as receitas futuras da nossa Junta de Freguesia. Mas também há coisas que também são difíceis de perceber, dado que Anta é a segunda freguesia que menos irá receber. Nós não temos praia. Também não vamos ter os arruamentos. Mas esperamos que haja aqui algumas melhorias neste ponto. Pelo que nós vimos do Presidente da Câmara, parece haver alguma abertura para isso. Queria também sublinhar aqui as intervenções do nosso Presidente da Junta de Freguesia na Assembleia Municipal e do Presidente da Junta de Freguesia de Guetim. Inclusive, gostava de trazer aqui algo que foi abordado. Anta não tem praia, mas Anta tem ribeiras, tem as suas zonas ribeirinhas. Nesse sentido, como foi proposto na Assembleia Municipal, e como a senhora Ministra do Ambiente também anunciou que será feita uma requalificação de todas as ribeiras do concelho, pode ser interessante nós no futuro vermos verbas alocadas às nossas zonas ribeirinhas. -----

Finalizada a discussão, o Presidente da Mesa colocou o ponto a votação. -----

Realizada a votação, proposta de taxas para o ano 2026 foi aprovada por maioria, com onze votos a favor (PS, PSD, CHEGA) e duas abstenções (MMC). -----

Da presente deliberação foi elaborada a minuta da ata, aprovada por unanimidade, ao abrigo do número três, do artigo quinquagésimo sétimo, da lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro. -----

O Presidente da Mesa deu por encerrada a sessão. -----



19 mar.

Assembleia de Freguesia de Anta

2026

O Presidente

Guilhermino Pedro de Sousa Pereira

O Secretário

André Manuel Vieira de Almeida

A Secretária

Liliana Sofia Tavares Pinto